



Ministério da Educação  
Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900  
Telefone: e - <http://www.mec.gov.br>

## PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.020783/2021-86

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação direta para assinatura anual do serviço da Plataforma Digital (Solução Zênite Fácil), por meio de inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 25, *caput*, da Lei nº 8666, de 1993, nos moldes da tabela abaixo:

ITEM	SERVIÇOS	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Zênite Fácil	3 acessos/ano	R\$ 3.158,00	R\$ 9.474,00

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O MEC faz uso permanente de contratações públicas com o intuito de atender às demandas de aquisição de bens e contratação de serviços inerentes às atividades administrativas, fazendo-se necessário o apoio externo de uma empresa idônea de consultoria sobre os temas (complexos e dinâmicos) relativos a licitações e contratos administrativos.

2.2. A Zênite desenvolveu o “Zênite Fácil” que é uma plataforma digital que disponibiliza conteúdo exclusivo, atual e alinhado à realidade da Administração Pública, abordando situações polêmicas, novidades e casos concretos enfrentados no dia a dia dos processos de contratação pública. Além disso, apresenta os destaques para os recentes entendimentos dos tribunais de contas (TCU e TCEs), da jurisprudência e da doutrina.

2.3. Sendo assim, a presente contratação é valiosa ferramenta de consulta e de pesquisa, tornando-se instrumento imprescindível aos trabalhos desenvolvidos pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLC/SAA/SE/MEC, visto que atende ao interesse da Administração, uma vez que são compatíveis às diversas atividades desempenhadas nesta unidade, que impactam diretamente nos resultados de uma aquisição de bens e/ou contratação de serviços.

2.4. Importante salientar que os produtos dessa empresa dão suporte à vários órgãos da Administração Pública Federal, em especial aos setores administrativos, proporcionando subsídios para o planejamento das contratações, para a instrução dos processos administrativos e para as constantes decisões tomadas pelas autoridades, objetivando atender ao que preceitua a CRFB, no seu art. 37, XXI, regulamentado pela Lei nº 8.666/1993.

2.5. No universo de licitações e contratos, muitas questões não se exaurem ou guardam solução exclusiva na lei. Nesse contexto, com a recente Lei nº 14.133, de 2021, os órgãos necessitarão se adequar ao novo diploma. Haverá necessidade de constante e célere atualização para acompanhar todas as novidades que advirão.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

#### 3.1. Zênite Fácil:

Na atualidade, é ofertado grande volume de informação pela web e outros meios de comunicação, mas nem sempre a busca por respostas é eficiente. Nesse sentido, a Zênite desenvolveu o produto “Zênite Fácil”, que disponibiliza de forma diferenciada todo o acervo sobre contratação pública, que contempla informações sobre a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, bem como da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei nº 12.462/2011 (RDC), Lei nº 13.303/2016 (Estatuto Jurídico das Estatais), Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 3.555/2000, dentre outros. É possível navegar de duas formas na plataforma “Zênite Fácil”: por meio de pesquisa de palavras e expressões ou pela consulta direta à nossa base de leis, modelos de documentos, manuais e Revista Zênite ILC.

#### 3.1.1. Navegação por pesquisa:

Conforme apresentado, o sistema avançado de pesquisa do Zênite Fácil supera com vantagem os mecanismos de busca tradicionais. Além de empregar a busca fonética e considerar a data e a origem dos documentos, a ferramenta utiliza um dicionário jurídico e de sinônimos associado a um sistema exclusivo de ordenação dos resultados, ambos especialmente concebidos pela Zênite. O sistema, também, conta com a funcionalidade de reconhecimento de palavra e sugere, automaticamente, termos ou expressões a serem pesquisados.

Pesquisa – O campo de pesquisa da página inicial permite que a busca seja realizada por palavras ou expressões em toda a base de documentos.

Resultados:

- Organização – Os resultados das buscas são apresentados em 9 (nove) abas: Anotações, Produção Zênite, Blog & Vídeos, Doutrina, Tribunais de Contas, Judiciário, Modelos, Manuais e Legislação. A palavra ou expressão pesquisada aparece destacada nos textos para auxiliar na localização da informação.
- Glossário – Lista desenvolvida pela Equipe Técnica Zênite, e sempre aprimorada, dos principais institutos da contratação pública com as respectivas definições. Se a palavra ou expressão pesquisada constar do glossário, a definição será exibida na primeira aba de resultados.
- Ordenação – É possível classificar os resultados por: a) relevância, conforme critérios especialmente concebidos pela Zênite; b) data, crescente ou decrescente; e c) período em que o conteúdo foi publicado. - Visualização – Para facilitar a identificação e a comparação dos conteúdos, foram habilitadas as opções “abrir em nova guia” ou “abrir em nova janela” do navegador.

#### 3.1.2. Abas de resultados:

- Produção Zênite – Reúne os entendimentos da Equipe Técnica Zênite, externados em textos exclusivos e objetivos, especialmente construídos para resolver problemas reais, de forma fundamentada. Estão agrupadas nessa aba as seções

- Doutrina – Reúne textos de estudiosos e profissionais que analisam, de maneira detida e fundamentada, assuntos relacionados ao processo de contratação pública, material esse que pode ser utilizado como fundamentação para decisões. - Blog & Vídeos – Traz para o Zênite Fácil o conteúdo das produções Zênite voltadas às redes sociais. É possível consultar e acessar os textos do Blog Zênite e assistir aos vídeos do canal no YouTube: basta realizar a pesquisa na página inicial. - Tribunais de Contas e Jurisprudência – Apresentam acórdãos relacionados à contratação pública. O diferencial do sistema é destacar as decisões dos Tribunais de Contas que já foram citadas nas Orientações elaboradas pela Equipe Técnica Zênite, bem como as que foram indicadas em apostilas e materiais de Eventos Zênite.
- Modelos – Disponibiliza modelos de editais, contratos, termos de referência, atas de registro de preços, projetos básicos e executivos – todos produzidos por órgãos e entidades de referência, a exemplo da AGU e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O resultado mostra o título do modelo e uma ementa descritiva, com a opção de abrir ou baixar o arquivo para navegação.
- Manuais – Reúne diversos manuais, cartilhas e listas de verificação de órgãos e entidades de referência, a exemplo do TCU, da AGU e do Ministério do Planejamento. O resultado exibe o título do modelo e uma ementa descritiva, com a opção de abrir ou baixar o arquivo para navegação.
- Legislação – Exibe as normas mais importantes da atualidade sobre contratação pública, todas relacionadas à pesquisa realizada. O resultado apresenta o ato normativo, com a indicação dos dispositivos específicos que tratam do tema pesquisado. É possível acessar, a partir de dispositivos legais resultantes da busca, o conteúdo da aba “Anotações”. Toda a base de legislação é atualizada constantemente.

Navegação pelo conteúdo: Na página inicial da ferramenta, também, é possível consultar, independentemente da realização de uma pesquisa, as seguintes bases do Zênite Fácil:

- Lei Seca & Lei Anotada – Apresenta a coletânea da legislação mais importante da atualidade sobre contratação pública, em especial a nova Lei de Licitações nº 14.133.2021, as Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, o decreto nº 10.024/2019 e o decreto nº 3.555/2000, que dispõem de notas especialmente elaboradas pela Zênite. As demais normas estão organizadas por assuntos, como terceirização, registros de preços, pesquisa de preços, estatais, obra e serviços de engenharia, TI, entre outros.
- Modelos – É possível consultar, baixar e salvar modelos de editais, contratos, termos de referência, atas de registro de preços, projetos básicos e executivos, tudo organizado por assunto e produzido por órgãos e entidades de referência, a exemplo da AGU e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
- Manuais – Reúne manuais, cartilhas e listas de verificação, organizados por assuntos e produzidos por órgãos e entidades de referência, a exemplo do TCU, da AGU e do Ministério do Planejamento, com a opção para baixar e salvar todo o conteúdo. - Revista Zênite ILC – Traz todas as edições, desde 1994 até a última publicada em dezembro/2019.
- Atualizações – Relaciona os conteúdos publicados no Zênite Fácil nos últimos 30 (trinta) dias. A apresentação é feita em layout descomplicado, que propicia navegação intuitiva, pois a consulta é realizada em um único campo.

### 3.1.3. Das condições para o Acesso à Plataforma Digital:

3.1.3.1. O acesso ao Zênite Fácil é feito no Portal Zênite ([www.zenite.com.br](http://www.zenite.com.br)), por meio da área exclusiva – *login* e senha personalizados. O direito de acesso à ferramenta dá-se apenas durante a vigência do contrato, de acordo com o plano e/ou as condições contratadas.

3.1.3.2. O número de usuários que pode acessar o sistema, simultaneamente, é igual ao número de acessos contratados, indicado no campo quantidade.

3.1.3.3. A proposta de contratação é de 3 (três) acessos, sendo um para a CGLC, e outros dois para a CGGA e CGRL.

3.1.3.4. O acesso ao Zênite Fácil deve ser realizado tão somente por servidores e colaboradores vinculados e autorizados pela contratante, sendo vedada a liberação de senha, autorização ou o acesso por terceiros ou servidores/colaboradores não vinculados à contratante. A guarda, autorização e utilização do *login* e da senha são de responsabilidade do contratante, sendo intransferíveis a terceiros sob qualquer pretexto.

3.1.3.5. A contratação é formalizada mediante instrumento de contrato ou seu substitutivo nos termos legais e, na sequência, é emitida a Nota Fiscal correspondente e disponibilizado o acesso aos serviços por meio de login e senha. O pagamento deverá acontecer em até 30 (trinta) dias do recebimento da nota fiscal, salvo prazo diverso acordado entre as partes. Os produtos contam com certificados digitais, em conformidade com as recomendações de segurança praticadas pelo mercado. Para um acesso cada vez mais seguro a cada renovação/prorrogação contratual a senha é alterada.

3.1.3.6. O acesso ao conteúdo do produto ocorre exclusivamente durante o período da contratação, não gerando quaisquer direitos de posse ou propriedade em relação a informações acessadas, utilizadas ou disponibilizadas pelo Zênite Fácil.

3.1.3.7. Nenhuma condição deve ser interpretada como transferência ou cessão de titularidade de quaisquer direitos de propriedade intelectual relacionados ao conteúdo do Zênite Fácil.

## 4. PREÇO ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor total para a presente contratação será de R\$ 9.474,00 (nove mil quatrocentos e setenta e quatro reais) para o período de 12 (doze) meses, sendo distribuídos da seguinte forma:

ITEM	SERVIÇOS	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Zênite Fácil	3 ACESSOS	R\$ 3.158,00	R\$ 9.474,00

4.2. As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão à conta do Orçamento da União para o exercício de 2022 e há previsão no Plano Anual de Contratações, do exercício de 2022, **item 569**.

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições pactuadas.
- 5.1.2. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Projeto Básico.
- 5.1.3. Fornecer a qualquer tempo e com presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.
- 5.1.4. Rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa.
- 5.1.5. Notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do Contrato, fixando prazo para a sua correção.
- 5.1.6. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber a fatura correspondente, quando apresentada na forma estabelecida neste Projeto Básico.
- 5.1.7. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 6.1. São obrigações da Contratada:

- 6.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta.
- 6.1.2. Permitir outros meios de consulta como e-mail, ou telefone, em caso de indisponibilidade do Portal [www.zenite.com.br](http://www.zenite.com.br).
- 6.1.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos especializados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 6.1.4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 6.1.5. Manter um painel de disponibilidade do serviço, o qual apresentará um status, da situação do sistema. A consulta a este painel pode ser feita por meio do endereço [status.zenite.com.br](http://status.zenite.com.br). Casos eventuais em que o sistema esteja “off-line”, o painel indicará sua previsão de normalização. Neste painel, também estarão indicadas, as manutenções programadas e as manutenções emergenciais.
- 6.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 6.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 6.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação.
- 6.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- 7.2. Os serviços a serem contratados possuem natureza de serviços não continuados e sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 7.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 7.4. Deverão ser disponibilizados *login* e senha de acesso ao Portal [www.zenite.com.br](http://www.zenite.com.br), após recebimento da Nota de Empenho pela empresa, para envio de solicitação de consulta e acesso ao sistema “Zênite Fácil”.
- 7.5. Em caso de indisponibilidade do Portal [www.zenite.com.br](http://www.zenite.com.br), a empresa contratada deverá dispor de outros meios de consulta, como e-mail ou telefone, para a efetiva prestação do serviço.

## 8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. A contratação em epígrafe enquadra-se no Art. 25, da Lei nº 8666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, (...)

- 8.2. Os serviços são insuscetíveis de comparação objetiva e de definição de requisitos objetivos de julgamento, exatamente por não envolverem coisas plurais, equivalentes, intercambiáveis. Isso decorre exatamente da singularidade e da especialidade envolvidas na definição do serviço, bem como na intelectualidade depositada na sua prestação e a na construção das soluções apresentadas.
- 8.3. **O sistema “Zênite Fácil” é comercializado exclusivamente pela empresa Zênite Informação e Consultoria S/A, conforme Declarações acostadas aos autos (SEI 3145670).**
- 8.4. Quanto à análise da razoabilidade do preço proposto, consideraram-se os valores ofertados para instituições e outros órgãos da Administração, conforme documentos acostados aos autos (SEI 3142563, SEI 3142573 e SEI 3142591).
- 8.5. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação.

## 9. DO REAJUSTE

- 9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

## 10. DA GARANTIA

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual, pela razão abaixo justificada:

10.1.1. Contratação por inexigibilidade de licitação de serviço não continuado, para assinatura anual do serviço da Plataforma Digital (Zênite Fácil), em que o pagamento ocorrerá somente com a efetiva prestação dos serviços, ou seja, disponibilização de *login* e senha de acesso ao Portal [www.zenite.com.br](http://www.zenite.com.br).

## 11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em parcela única, por emissão de Ordem Bancária para crédito em conta corrente da Contratada, até o 5º (quinto) dia útil, ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura discriminativa, devidamente atestada pelo fiscal designado, comprovantes de recebimentos de encargos sociais e, quando for o caso, de multas aplicadas.

11.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da lei nº 8.666/93.

11.3. Havendo atraso de pagamento, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) \times 365 \times EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

11.4. Cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96, Lei nº 9.718, de 27/11/98 e IN/SRF nº 306, de 12/03/2003, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 79, de 01/08/2000.

11.5. Quanto à prestação de serviços, na retenção do Imposto Sobre Serviços - ISS, serão observados, no que couber, o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

11.6. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da CONTRATADA junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, mediante consulta “on line”, cujo documento será anexado ao processo de pagamento.

11.7. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto/Contrato e demais cominações legais a(s) licitante vencedora (s) que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do Projeto;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Fizer declaração falsa;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- h) Não manter a proposta e não assinar o contrato;
- i) Ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação.

12.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico, no Contrato e das demais cominações legais.

12.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

12.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

12.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

12.5.1. Advertência;

12.5.2. Multa de:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.

12.5.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

12.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12.6. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas "a" e "b" com as da alínea "c", o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).

12.7. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.8. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

12.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do ajuste, fica fixada a Seção Judiciária Federal do Distrito Federal.

13.2. A Nota de Empenho terá força de contrato, conforme prevê o art. 62, da Lei nº 8.666/1993.

13.3. Os serviços rejeitados e/ou considerados mal executados, deverão ser refeitos corretamente, com o tipo de execução aprovado pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLC/SAA/SE/MEC, arcando a Contratada com o ônus decorrente do fato.

13.4. A Contratada deverá informar à CGLC/SAA/SE/MEC os principais meios de contatar seus funcionários e representantes, tais como e-mails e números de telefones fixos e celulares, mantendo tais informações constantemente atualizadas.

13.5. Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explícitos neste Projeto Básico, mas necessários à execução total dos serviços, serão de responsabilidade da empresa.

13.6. A simples apresentação de proposta indica e fica assim entendido que a empresa dá plena concordância a todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico.

13.7. Consultas a respeito deste Projeto Básico deverão ser encaminhadas ao e-mail [cglc@mec.gov.br](mailto:cglc@mec.gov.br).

APROVO o presente Projeto Básico, ratificando a importância do objeto para o desempenho das atividades desta Unidade e os elementos técnicos apresentados para fundamentar a contratação.

Encaminha-se à SAA para aprovação da contratação.

VANESSA TORRES DANTAS

Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Torres Dantas, Coordenador(a)-Geral**, em 18/02/2022, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3142280** e o código CRC **F1E8A9BD**.

1.